

DISCURSOS PEDAGÓGICOS DO NORTE: DIZERES DE ÓDIO NO COLÉGIO MILITAR EUCLIDES BEZERRA GERAIS

PEDAGOGICAL DISCOURSES FROM THE NORTH: HATE SAYINGS AT EUCLIDES BEZERRA GERAIS MILITARY SCHOOL

Damião Francisco Boucher (UFT)¹
Thiago Barbosa Soares (UFT/CNPq)²

Resumo: Este artigo analisa o discurso pedagógico do Norte, especialmente do Estado do Tocantins em sua faceta mais radical, a saber, o discurso autoritário. Precisamente investiga como os sentidos de ódio e autoritarismo são discursivizados nas redes de dizeres sobre a educação tocantinense. Como referencial teórico-metodológico, utilizam-se conceitos fulcrais da Análise do Discurso de base materialista. Dessa forma, investiga-se como a militarização escolar naturaliza violência simbólica sob a égide de um “discurso pedagógico” que associa os sentidos de disciplina à hierarquia militar. Como corpus, examina-se o acontecimento discursivo “Estudantes de colégio militar cantam palavras de ódio durante marcha guiada por PM: 'Se eu não te matar, vou te prender’”, publicado no portal de notícias Gazeta do Cerrado, em 11 de novembro de 2024. Como resultados, além de perceber as nuances dos dizeres midiáticos como forma de discurso de resistência, verifica-se também o funcionamento do discurso pedagógico que antagonizam formação cidadã e violência institucionalizada. Por fim, ao sopesar esses resultados, pretende-se contribuir para o debate sobre militarização da educação tocantinense, expondo seus mecanismos discursivos de manutenção de poder.

Palavras-chave: discurso de ódio; discurso pedagógico; educação militar; violência simbólica; formação cidadã;

Abstract: This article analyzes the pedagogical discourse of the North, especially of the State of Tocantins in its most radical facet, namely, the authoritarian discourse. Precisely, it investigates how the meanings of hatred and authoritarianism are discursivized in the networks of speeches about Tocantins education. As a theoretical-methodological framework, we use core concepts of Discourse Analysis with a materialist basis. In this way, we investigate how the militarization of schools naturalizes symbolic violence under the aegis of a “pedagogical discourse” that associates the meanings of discipline with the military hierarchy. As a corpus, we examine the discursive event “Students from a military school sing words of hatred during a march led by a police officer: 'If I don't kill you, I'll arrest you’”, published in the news portal Gazeta do Cerrado, on November 11, 2024. Institutionalized. Finally, by weighing these results, we intend to contribute to the debate on the militarization of education in Tocantins, exposing its discursive mechanisms for maintaining power.

Keywords: hate discourse; pedagogical discourse; military education, symbolic violence ; citizenship education.

¹ Doutorando em Letras pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4815591282019412>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8325-1603>. E-mail: boucherplace@gmail.com.

² Doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor no curso de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Pesquisador bolsista de produtividade do CNPq. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8919327601287308>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2887-1302>. E-mail: thiago.soares@mail.uft.edu.br.

Considerações iniciais

A militarização das escolas públicas no Brasil não é um fenômeno social recente, mas está profundamente enraizada em processos históricos e políticos que remontam ao período da Ditadura Militar (1964-1985) (Algebaile, 2018). Um dos primeiros marcos institucionais desse modelo foi a criação dos Colégios Militares do Exército, ainda no século XIX, com o Colégio Militar do Rio de Janeiro (1889), destinado à formação de filhos de militares. No entanto, foi durante o regime militar que essa lógica se expandiu para a educação básica, com a implantação de escolas técnicas vinculadas às Forças Armadas e à propagação de um currículo pautado por disciplina rígida, hierarquia e nacionalismo (Algebaile, 2018). Após a redemocratização, o modelo ressurgiu com força no início dos anos 2000, especialmente sob a justificativa de “combater a violência” e “melhorar índices educacionais”. Programas como o Projeto Escola Segura, no Distrito Federal (1999), e a criação das Escolas Cívico-Militares em Goiás (2013) pavimentaram o caminho para que, em 2019, o governo federal lançasse o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), incentivando a adesão de estados e municípios (Saviani, 2008).

Embora frequentemente apresentadas como antagônicas, tais perspectivas se constituem mutuamente no interior do campo discursivo educacional, onde a defesa da ‘ordem’ e da ‘disciplina’ muitas vezes se legitima pela crítica à ‘indisciplina’ e ao ‘caos’, em uma relação dialética que obscurece outras possibilidades pedagógicas. Nesse sentido, o debate sobre a influência de práticas autoritárias no ambiente escolar apresenta perspectivas diametralmente opostas. De um lado, argumenta-se que a estruturação rígida e a disciplina militarizada trazem ordem e foco ao processo educativo, elevando indicadores de desempenho e reduzindo conflitos. Nessa visão, a hierarquia seria necessária para garantir um ambiente propício à transmissão de conhecimentos, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Por outro lado, críticos afirmam que esse modelo transforma a escola em espaço de controle, no qual a obediência se sobrepõe ao pensamento crítico, cujas questões sociais relevantes são silenciadas. Nessa perspectiva, a aprendizagem seria prejudicada justamente pela supressão do diálogo e pela naturalização de relações de poder assimétricas (Saviani, 2008). Sobre essas duas perspectivas recobertas pela prática pedagógica paira um conflito ideológico. Essa tensão discursiva marca duas concepções antagônicas de educação: uma que a entende como ferramenta de conformação social e outra que a defende como espaço de questionamento e emancipação. Enquanto o primeiro discurso valoriza resultados imediatos e disciplina aparente, o segundo enfatiza o desenvolvimento autônomo e a formação cidadã. A análise desse embate ideológico pode mostrar que, mais do que um debate pedagógico, trata-se de uma disputa sobre qual tipo de sociedade a escola deve ajudar a construir (Saviani, 2008).

Ao examinar os casos particulares que constituem a macrovisão do militarismo nas escolas do Brasil, observa-se que o entrelaçamento entre os discursos de ódio e o discurso autoritário no âmbito pedagógico tem sido midiaticado em várias regiões do país, especialmente no Estado do Tocantins, no qual a militarização das escolas públicas e a naturalização de práticas autoritárias vêm sendo legitimadas sob a égide de “disciplina” e “ordem”. Notícias como “Após governo Lula encerrar programa, Tocantins diz que vai estudar novo formato para escolas cívico-militares” (G1 Tocantins, 2023) e “Projeto propõe militarização de todas as escolas públicas do Tocantins e divide opiniões” (AF notícias, 2019) evidenciam a expansão desse fenômeno sociopolítico, frequentemente acompanhado por discursos que associam a educação democrática ao “caos” e à “indisciplina”. Esses discursos, ao serem reproduzidos no espaço escolar, não somente reforçam hierarquias rígidas, mas também marginalizam vozes dissidentes, elevando o caráter de controle da escola ao extremo.

No entanto, algumas plataformas midiáticas que compõem a rede de dizeres sobre o Tocantins se alinham ao discurso de resistência (Soares; Boucher, 2023, 2024). Tais discursivizações, além de expor a falta de consenso em torno da suposta eficácia desse modelo, dissipam a ilusória sinonímia entre “educação” e “militarismo”, reafirmando a educação democrática

como um espaço plural e contestador de autoritarismos. Nesse sentido, se por um lado a mídia atua como catalisadora da militarização das escolas, por outro lado, em sua diametralidade oposta, ela emerge como um contraponto essencial na desnaturalização desse projeto, confirmando que a militarização não é uma resposta incontestável, mas uma disputa político-ideológica (Pêcheux; 1997). Nesse sentido, o episódio ocorrido no Colégio Militar de Paranã, no Estado do Tocantins, em 11 de novembro de 2024, no qual estudantes entoaram expressões como “se eu não te matar, vou te prender” durante atividade cívica, tem gerado discussões sobre a relação entre práticas educacionais e discursos institucionais no Tocantins.

Diante deste cenário descrito acima, este artigo propõe uma análise discursiva do episódio por meio do referencial teórico-metodológico da Análise do Discurso de base materialista. Ao lançar mão nesse instrumental, busca-se compreender como práticas discursivas autoritárias se inserem no contexto educacional e quais são suas implicações para a formação cidadã. Para tanto, investigam-se os sentidos presentes na matéria “Estudantes de colégio militar cantam palavras de ódio durante marcha guiada por PM: ‘Se eu não te matar, vou te prender’”, publicada pelo jornal Gazeta do Cerrado, em 21 de novembro de 2024. A materialidade discursiva aqui examinada não se reduz ao texto jornalístico, mas abrange as condições de produção, circulação e recepção que constituem o acontecimento discursivo.

Tal materialidade discursiva será analisada em dois aspectos, a saber, sua materialidade linguístico-discursiva e as condições de produção político-educacional tocantinense, revelando três eixos de problematização como a lexicalização de cânticos como atos performáticos de poder; o silenciamento de vozes dissidentes no espaço escolar militarizado; e a contradição entre o projeto educacional emancipatório (Freire, 1968) e o discurso autoritário. Dessa forma, como resultados, espera-se compreender o funcionamento discursivo dessas redes de dizeres que difundem como a escola reproduz discursos que antagonizam formação cidadã e violência institucionalizada. Por fim, ao sopesar esses resultados, pretende-se contribuir para o debate sobre militarização da educação tocantinense, expondo seus mecanismos discursivos de manutenção de poder. Após esse breve direcionamento, passa-se à seção teórico-metodológica que compõe o ferramental analítico.

1 Considerações teórico-metodológicas

A Análise do Discurso (doravante AD) surge como um ferramental teórico-metodológico que dissipa a ilusão da certeza e a naturalização de posições ideológicas hegemônicas. Soares (2018a, p. 120), ao se aprofundar e refletir acerca das noções essenciais da AD, trazidas por Michel Pêcheux (1997), destaca que tal disciplina “é uma teoria da interpretação que por obrigação precisa lançar mão de seus instrumentos para analisar os mecanismos de produção de sentidos da sociedade sobre as relações de força no interior dos discursos”. Desse modo, ainda de acordo com o autor, “esclarecer é essencialmente um dos objetivos da análise do discurso” (Soares, 2018a, p. 120). De outra maneira, o discurso é constituído por normas e regulações que orientam o comportamento humano, sendo um elemento central na manutenção de hierarquias coletivas. Para Pêcheux, (1997, p. 82), o discurso é “efeito de sentidos entre os pontos A e B”. Assim, para que se possa compreender esta clássica afirmação, aparentemente óbvia e ilusoriamente superficial, é preciso lançar mão de noções como acontecimento discursivo, formação ideológica, formação discursiva, interdiscurso, intradiscurso e pré-construído. Enquanto o interdiscurso remete à rede de discursos que circulam socialmente, o pré-construído refere-se a formulações já cristalizadas que são retomadas como ‘óbvias’ na enunciação

No caso a ser analisado, a frase entoada pelos estudantes do colégio militar – “se eu não te matar, vou te prender”, deve ser considerada como um acontecimento discursivo, isto é, “o fato novo, as cifras, as primeiras declarações” (Pêcheux, 2015, p. 19), que está em seu contexto imediato e no espaço da atualização de uma memória a qual o acontecimento evoca e se organiza, a saber, o processo de militarização das escolas públicas. De acordo com Soares (2020, p. 172), “é necessário

dizer que o acontecimento tanto se refere ao ato único de enunciação quanto à história com a qual esse ato guarda sua relação discursiva subjacente”. Assim, nesse acontecimento discursivo, isto é, o que foi proferido entre o professor (ou adestrador) e aluno, bem como o próprio ato histórico subjacente, operam as formações ideológicas as quais podem ser entendidas como “um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflitos umas com as outras” (Pêcheux, 1997, p. 166, aspas e itálico do autor).

Ademais, entende-se que esse acontecimento discursivo diz respeito aos efeitos de sentido produzidos pelas formações ideológicas em dadas formações discursivas. Esta, por sua vez, é concebida como um conjunto de dizeres não homogêneo que “determinam aquilo que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico” (Pêcheux, 1997, p. 166). Nesse sentido, a escola e os sujeitos envolvidos em dada atualização discursiva fazem parte das condições de produção e de emergência desse acontecimento. Em suma, o acontecimento discursivo, na perspectiva materialista, mostra o funcionamento das posições dos sujeitos envolvidos as quais estão reguladas por relações de poder no interior desse aparelho ideológico. Essa perspectiva considera o discurso na tensão proposta por Pêcheux (2019) entre estrutura e acontecimento: enquanto sistema de regularidades históricas (estrutura) e como evento singular de enunciação (acontecimento), que só se torna inteligível à luz daquela.

A partir dessa compreensão do acontecimento que é atualizado por meio do ato enunciativo, a apreensão das noções de interdiscurso e intradiscurso (Courtine, 2014) são fulcrais para o entendimento das dimensões macro e micro discursivas. Ou seja, o interdiscurso, as formações discursivas (FDs) e o intradiscurso se relacionam na medida em que articulam a dimensão estrutural da língua e a performatividade do acontecimento discursivo. Para Pêcheux (1997), o interdiscurso refere-se à rede de discursos sociais que atravessam e constituem uma formação discursiva (FD), isto é, nenhum discurso surge isolado. Por esta razão, ele sempre retoma, nega ou ressignifica outros discursos pré-existentes, vinculados a posições ideológicas (Orlandi, 2015).

Além disso, Courtine (2014) destaca que se o intradiscurso é da ordem do contexto imediato, o interdiscurso abrange o contexto sócio-histórico. Por exemplo, o canto militarizado não emerge do vácuo, mas ecoa interdiscursos bélicos (a historicidade da doutrina policial), pedagógicos (o rito hierárquico da disciplina escolar) e midiáticos (dizeres sobre a guerra às drogas, à criminalidade, etc.). Assim, o interdiscurso é o eixo vertical que interliga o já-dito histórico com sua atualidade, seu eixo horizontal: o intradiscurso (Courtine, 2014) cujo espaço enunciativo do dizível, da possibilidade de repetição (Orlandi, 2015) viabiliza a observação e o exame dos pré-construídos.

Sobre a supramencionada noção, Courtine (2014, p. 74) destaca que o pré-construído é “uma construção anterior, exterior, independente por oposição ao que é construído na enunciação”, marcando a existência de um descompasso entre já-dito como espaço de constituição dos pré-construídos e o dizível como o âmbito da enunciação de um sujeito. Dessa maneira, depende-se que os sentidos fazem funcionar sua continuidade a partir do pré-construído, retroalimentado pelo interdiscurso e que se faz emergir no intradiscurso como “algo novo”, quando, na verdade, é uma atualização de discursos preexistentes. De outro modo, o pré-construído do autoritarismo provoca o retorno de sentidos os quais são tomados pelo sujeito como evidentes e, por isso, não questionáveis.

Sobre o funcionamento desse discurso, Orlandi (1987, p. 15-16), ressalta que “no discurso autoritário, o referente está “ausente”, oculto pelo dizer; não há realmente interlocutores, mas um agente exclusivo, o que resulta na polissemia contida (o exagero é a ordem no sentido em que se diz ‘isso é uma ordem’”. Por essa razão, o sujeito passa a ser instrumento de comando e, logo, os efeitos de ordem e de disciplina “recusam outra forma de ser que não a linguagem” (Orlandi, 1987,

p. 16). Nesse sentido, entende-se que no discurso autoritário que reaparece nas marchas e adestramentos escolares, os sentidos de “ódio”, “disciplina” e de “ordem” estão funcionando nos sintagmas que impõem obediência. Não há diálogo, somente um sujeito que domina e reduz o outro a mero executor. A linguagem vira instrumento de controle, eliminando ambiguidades — “é uma ordem” não admite questionamentos, somente a submissão. Por essa razão, pode ser dito que a pluralidade de vozes é anulada. Após essas considerações e esse breve recenseamento do instrumental teórico-metodológico, passa-se à seção de análise.

2 Análise: dizeres de ódio sob a égide do discurso pedagógico

Para uma melhor didatização desta seção, optou-se pelos seguintes aspectos analíticos: a) exame das condições de produção e de emergência dos enunciados de Gazeta do Cerrado; b) análise intradiscursiva dos enunciados e a consignação de sentidos entre o campo da formulação e o campo da constituição dos sentidos e; c) verificação do posicionamento discursivo de Gazeta do Cerrado a partir de sua formação discursiva. Após essa breve explicação, passa-se às considerações acerca das condições de produção e de emergência as quais constituem o acontecimento discursivo.

Inicialmente é preciso compreender que o acontecimento discursivo que Gazeta do Cerrado empreende ao publicar a materialidade de texto jornalístico: “Estudantes cantaram palavras de ódio guiadas por PM em escola do Tocantins” reflete não um caso isolado de práticas nas escolas tocantinenses, mas um empreendimento muito mais amplo. De outro modo, as práticas militares nessas escolas são reflexos, segundo Sousa e Oliveira (2023, p. 63), da expansão do militarismo “reforçada no governo Bolsonaro, em um de seus primeiros atos, em 02 de janeiro 2019, quando aprovou o Decreto 9.665, apresentando a nova estrutura organizacional do Ministério da Educação”. Após o referido Decreto, com o alinhamento ideológico entre o governo Bolsonaro e o governo de Estado, encabeçado pelo governador Wanderley Barbosa, a educação do Tocantins passa por modificações substanciais, inclusive na ampliação do modelo escolar cívico-militar (Sousa; Oliveira, 2023).

Diante dessa perspectiva, várias escolas públicas do Estado do Tocantins vivenciam práticas cívico-militar que convivem lado a lado com práticas pedagógicas tradicionais, tais como: 1) o hasteamento da bandeira nacional, execução do hino brasileiro com postura rígida, e desfiles em datas comemorativas, como 7 de setembro, reforçando símbolos nacionais e a ordem hierárquica; 2) uso de fardamento em ordens de conduta e; 3) a repetição coletiva de cânticos militares. Este último foi o ato que desencadeou uma série de notícias sobre a conduta de policiais em escolas cívico-militares, colocando em xeque uma prática muito comum no ambiente escolar do Tocantins. Dentre essa difusão midiática, surge a materialidade discursiva de Gazeta do Cerrado:

Estudantes cantaram palavras de ódio guiadas por PM em escola do Tocantins

Escola fica em Paranã e atende crianças e adolescentes do 6º ao 9º ano. A Polícia Militar disse que soube do vídeo nesta quinta-feira (21) e que vai investigar a conduta dos policiais envolvidos.

Um vídeo divulgado nas redes sociais exhibe alunos do Colégio Militar Euclides Bezerra Gerais em Paranã, no sul do Tocantins, participando de uma marcha e cantando versos que aludem a atos violentos: “Se eu não te matar, vou te prender”. O momento é guiado por um policial militar que conduz o canto, enquanto os alunos repetem.

A Polícia Militar do Tocantins declarou que está investigando o comportamento dos policiais militares envolvidos e que serão tomadas as medidas cabíveis. A Polícia Militar afirmou ainda que o incidente é “uma ação pontual, que não faz parte da rotina diária da unidade escolar”. (Confira nota completa abaixo).

De acordo com uma servidora da escola, o vídeo foi gravado durante ação de combate à violência. O Colégio Euclides Bezerra atende crianças e adolescentes do 6º ao 9º ano, ou seja, os alunos que têm entre 11 a 15 anos de idade. O fato aconteceu nesta quinta-feira (21). Nas imagens, é possível observar que os estudantes estavam fardados do lado de fora do colégio, sendo que pelo menos três policiais os acompanhavam. Um dos militares cantou e os alunos repetiram a letra:

“Tu vai lembrar de mim
Sou taticano maldito
E vou pegar você
E se eu não te matar
Eu vou te prender
Vou invadir sua mente
Não vou deixar tu dormir
E nas infiltrações você vai lembrar de mim”

A Secretaria de Estado da Educação (Seduc) informou em nota que repudia a conduta inadequada ocorrida no colégio em que “estudantes foram incentivados a proferir frases incompatíveis com o ambiente escolar”. A Seduc disse que irá notificar a Polícia Militar para tomar as medidas cabíveis (Gazeta do Cerrado, 2024, p. 1).

Na matéria supracitada, além das disposições lexicais do campo semântico do militarismo, “taticano”, “matar”, “prender”, “pegar você”, “infiltrações”, etc., percebe-se também a constituição do discurso autoritário. Na atualização midiática sobre o caso ocorrido em 21 de novembro de 2024, o supramencionado acontecimento discursivo é constituído por duas dimensões espaço-temporais interligadas, a saber, o interdiscurso, ou seja, as memórias do militarismo brasileiro; e o intradiscorso, isto é, a atualização dos dizeres de disciplina, ordem e ódio. As memórias que emergem de pré-construídos como “Polícia militar” e “Combate à violência” revisitam os sentidos do “ritual militar”, marcado por hierarquia (ordem-obediência) e repetição coletiva, fazendo parte da formação discursiva das instituições militares. O canto opera como uma “performance verbal” que reforça uma imagem subjetiva de autoridade (policiais como condutores) e submissão (alunos como coro), distanciando-se de uma prática pedagógica para assumir um caráter “adestrador”, engendrado pelos sintagmas “Vou invadir sua mente”, isto é, inculcar esses valores de medo e de ordem.

O pré-construído “Colégio Militar” reflete e refrata o contexto amplo da militarização da educação pública no Tocantins, no qual a PM atua como gestora pedagógica, naturalizando a violência simbólica como método. A afirmação da PM de que se trata de uma “ação pontual” tenta dissociar o episódio dessa estrutura, mas a repetição do ritual o vincula à formação discursiva militar hegemônica, que associa os sentidos de “ordem” à presença policial. Assim, o acontecimento discursivizado no pátio da escola (com alunos fardados em formação, bem como os policiais em posição de comando) ritualiza os sentidos de controle: corpos disciplinados (uniformes e filas), voz coletiva (letra que exalta invasão) (Foucault, 2015). No entanto, o registro midiático desloca o sentido de “ordem” para “ódio” ao trazer no título o sintagma “palavras de ódio”. Este fato é melhor compreendido se for considerado com outra manchete a qual discursiviza o mesmo acontecimento, mas se alinhando ao posicionamento de que a música entoada não fala sobre ódio, porquanto para quem está alinhando ao discurso autoritário, os sentidos não são de ódio, mas de “ordem”.

A análise lexical, portanto, não se esgota na identificação de um campo semântico da violência. Ela serve de entrada para compreender a **determinação histórica desses sentidos**. Termos como 'matar' e 'prender', no intradiscorso da marcha escolar, não carregam significados

abstratos, mas são **ressignificados pelo projeto político de militarização da educação** tocantinense pós-2019. Nesse contexto, a violência física ('matar') e a violência institucional ('prender') deixam de ser exceções do mundo civil para se tornarem metáforas centrais de um projeto pedagógico que associa a ideia de 'ordem' à **ameaça punitiva constante**. Esse sentido é produzido e naturalizado na repetição ritualística do canto, atualizando, no espaço escolar, **interdiscursos autoritários** com profunda raiz na história política brasileira.

O acontecimento discursivizado em Gazeta do Cerrado, portanto, vai de encontro com o discurso hegemônico da escola militarizada e não é uma mera informação, mas uma resposta contra o discurso que reproduz hierarquias; uma voz que denuncia o ritual militar, a política estadual de militarização, bem como a legitimação da prática de ódio, tornando visível o discurso de resistência pelo sintagma “Estudantes de colégio militar cantam palavras de ódio durante marcha guiada por PM”. O fato de outros jornais e sites trazerem enunciados como “Alunos de colégio militar cantam música sobre matar e são incentivados por PMs” (Terra, 2024) deixa mais explícito o posicionamento de oposição que Gazeta do Cerrado faz ao selecionar o termo “palavra de ódio” ao invés de “música sobre matar”. Cabe ressaltar que os sentidos desses sintagmas, como também aponta Soares (2022, p. 19), não são necessariamente pertencentes “à estrutura da língua, tampouco decorre de um subjetivismo que lhe imprime sentido ao sabor das vontades individuais”. Pelo contrário, emergem de condições históricas e ideológicas específicas, inscritas em redes discursivas que ultrapassam a individualidade.

Por essa razão, nesse enunciado-acontecimento de Terra (2024), o sintagma “música sobre matar” apaga os sentidos de ódio, porquanto em sua relação hiperonímica, o significado de “matar” é tão amplo que esvazia a motivação do ato pelo ódio. Ou seja, “música sobre matar” abre margem para outros sentidos possíveis e, conseqüentemente, para outras interpretações cabíveis. Em outros termos, a mencionada expressão não pode ser reduzida a uma relação sinonímica direta com “palavras de ódio”, pois o ato de matar, enquanto tema musical, carrega uma polissemia que transcende a motivação pelo ódio. Como exemplo de “música sobre matar”, tem-se “Faroeste Caboclo” (Legião Urbana), no qual o assassinato do protagonista não é motivado por ódio, mas por uma trama de injustiça e vingança cíclica. Pode ser citado “*Jeremy*” (Pearl Jam), na qual a letra aborda um suicídio e violência escolar como denúncia de negligência emocional, não como celebração do ódio. Canções como de Cássia Eller” e dos Racionais MC's que usam o homicídio como alegoria da destruição sistêmica das periferias não apontam o “matar”, isto é, o homicídio como um ato de ódio. Portanto, “música sobre matar” expande o termo em questão para outros campos de sentido, desvinculando especificamente da denotação de ódio, porquanto “matar”, na representação discursiva de Terra (2024) não está necessariamente vinculada ao ódio.

É possível notar desse batimento que o fato de um título despontar o sintagma nominal como “palavras de ódio” ao invés de “cântico militar” ou mesmo “músicas sobre matar” denuncia sua posição ideológica acerca da militarização escolar. Sem contar que as fotos borradas do vídeo que compõem a notícia, ao circular por Gazeta do Cerrado, transforma um ato de disciplinamento em denúncia, marcando a contradição entre o projeto ideológico (FD militar) e sua recepção midiática.

Fotografia 1 – Marcha de estudantes nade estudantes na Escola de Paranã

Fonte: Gazeta do Cerrado (2025)

Ainda sobre a imagem supracitada, o tom discursivo de denúncia que Gazeta do Cerrado empreende alinha com outros sintagmas que denotam criminalidade por parte da escola, tais como “investigar a conduta”, “atos violentos”, “combate à violência” entre outros. Esses sintagmas, dispostos por toda a matéria, configuram o campo de sentidos da criminalidade, replicando os mesmos formatos das notícias sobre crimes nas páginas de jornais. Essa configuração sintático-semântico aponta a posição discursiva de Gazeta do Cerrado na qual esses atos militares são interpretados como parte de um histórico regime de poder e controle social.

Ao voltar especificamente para o cântico trazido na matéria de Gazeta do Cerrado, percebe-se que o ato de descrever os versos da música, tais como “invadir sua mente/E se eu não te matar/Eu vou te prender” marcam o tom de denúncia do ato militar, bem como esta ação, sendo uma agressão de ódio e não uma performance institucionalizada e cotidianamente praticada, na qual “prender”, torna-se a exceção e “matar”, a regra, atualizando, por conseguinte as relações de poder pelo ódio. Ao observar o corpus supracitado na perspectiva interdiscursiva (Courtine, 2014), percebe-se que os referidos enunciados entoados por alunos do Colégio Militar Euclides Bezerra Gerais, insere-se em uma FD que legitima a violência como instrumento de controle social. Ora, termos como, “prender”, “matar”, “invadir” e “infiltrações” fazem parte das canções militares perpetuadas historicamente nos treinamentos dos quartéis. Segundo Pêcheux (1997), as FDs determinam o que pode e deve ser dito a partir de posições ideológicas específicas. Neste caso, a FD da militarização educacional denuncia as formações ideológicas (Pêcheux, 1997) cujos sentidos de violência (matar) ordem e disciplina (prender) precisam estar inseridas nas escolas para que a educação funcione. Na contramão desses sentidos, a PM suaviza o ato, justificando-o como “ação pontual”, mas a repetição do canto revela um interdiscurso que associa segurança pública à dominação, reforçando um pré-construído, a saber, “policial” cuja historicidade, quase sempre, relaciona-se com os sentidos de “autoridade punitiva”.

Além disso, ao voltar-se para os aspectos interdiscursivos do enunciado, na expressão “estudantes foram incentivados a proferir frases incompatíveis com o ambiente escolar”, o site Gazeta do Cerrado marca o posicionamento da Secretaria de Estado da Educação, Seduc-TO, como contrária ao acontecimento em análise. Ora, como órgão máximo da educação no Estado, torna-se incongruente aquilo que se diz com aquilo que se faz, porquanto não se pode esquecer

que a própria história da educação no Tocantins denuncia a associação íntima e gradativa entre pedagogia e militarismo. Isto é, a Seduc-TO fomenta a expansão das escolas cívico-militares no Tocantins desde 2019. Sousa e Oliveira (2023) refletem acerca dessa constatação ao raciocinarem que:

Se as escolas estaduais recebem militares reservistas, a ordenadora dessas despesas é a Seduc-TO, ou seja, o recurso da educação pode estar sendo empregado para custear despesas com um quadro de servidores/as não concursados/as na pasta da educação, sem licença para o exercício legal da profissão e sem formação pedagógica ou competências extraordinárias na área da educação que justifiquem tais gastos (Souza; Oliveira, 2023, p. 73).

Diante da perspectiva trazida pelo trecho supracitado, entende-se que os dizeres da Seduc-TO, “estudantes foram incentivados a proferir frases incompatíveis com o ambiente escolar”, trazidos pelo Gazeta do Cerrado, é uma tentativa de velar o vínculo existente entre o referido órgão e as ações militares. Ligação esta que se faz pelo fomento que se dá às escolas cívico-militares, porquanto, na lógica estabelecida entre ato militar (Orlandi, 1987) e investimento no autoritarismo, entende-se que a escolha dessa configuração militar pressupõe atos já mencionados com o hasteamento da bandeira nacional, o uso de fardamento em ordens de conduta e a repetição coletiva de cânticos militares, acontecimentos historicamente registrados por documentos da própria Seduc-TO (Souza; Oliveira, 2023).

Para além dos aspectos históricos, entende-se que a FD militar hierarquiza os corpos: o policial conduz o canto; os alunos repetem, performando submissão. A escola militarizada, como aparelho ideológico, reproduz essa estrutura de forma velada (Orlandi, 1987), no qual os dizeres dos alunos são um “efeito de sentido” (Pêcheux, 1997) uma posição-sujeito (Orlandi, 2015) a qual reverbera a ordem discursiva do campo da disciplina, atrelado ao histórico da Ditadura Militar no Brasil. Nesse mesmo sentido, observando o funcionamento do interdiscurso, Soares (2023, p.59), ao refletir sobre a historicidade e as fundações culturais sociais e políticas que constituem um país, enfatiza que “existem discursos que atravessam essas esferas de atuação humana e as costuram”. De outro modo, esses discursos que atravessam as esferas sociais, políticas e culturais não somente as conectam, mas também as sustentam, reforçando estruturas de poder já estabelecidas.

Como apontam Soares e Boucher (2023), o interdiscurso atua como uma rede que naturaliza certas formações discursivas, fazendo com que práticas hierárquicas aparentemente ausentes (Orlandi, 1987), como as observadas no ambiente escolar e na formação disciplinar militarizada, pareçam inevitáveis ou mesmo legítimas. Dessa forma, a repetição de gestos, palavras e ritos (como o canto comandado pelo policial e reproduzido pelos alunos) não é somente um ato isolado, mas um mecanismo de perpetuação de uma ordem discursiva (Foucault, 2015) enraizada na história autoritária do país. Assim, a performatividade da submissão revela-se como um efeito de sentido (Pêcheux, 1997) que materializa, no presente, as marcas de um passado repressivo, atualizando-o nas relações cotidianas de poder. Dessa forma, ao discursivizar esses atos como um episódio novo, Gazeta do Cerrado atua como um contraponto de resistência aos ideais que fomentam o militarismo nas escolas tocantinenses.

A Gazeta do Cerrado não apenas relata, mas produz uma versão discursiva do evento. Ao escolher o sintagma "palavras de ódio" para o título, o veículo desloca o sentido proposto pela lógica interna do ritual, que o apresentaria como "cântico de disciplina", e o reinscreve no campo semântico-jornalístico da denúncia e do crime. A circulação desse enunciado, contrastando com a opção mais neutra ("música sobre matar") de outros veículos, explicita a disputa pela significação do próprio fato. A mídia, assim, atua como arena de lutas discursivas: ao mesmo tempo que pode naturalizar projetos hegemônicos, também oferece, como neste caso, espaço de visibilização e

contestação, gerenciando e redirecionando os fluxos de sentido que constituem o debate público sobre educação.

Considerações finais:

Após esse percurso analítico, foi possível observar que o modelo de escolas militarizadas, implementado progressivamente no estado do Tocantins desde 2019 (AF notícias, 2019, Sousa; Oliveira, 2023), tem sido associado, por algumas plataformas midiáticas, a uma abordagem pedagógica que enfatiza valores como disciplina e hierarquia (Brasil, 2019). Por outro lado, pesquisas acadêmicas como a de Santos, Alvez et. al. (2019) apontam diferentes interpretações sobre os efeitos desse modelo na formação estudantil. Nesse sentido, a repercussão midiática do caso, amplificada pelas redes sociais, revela como os discursos sobre educação podem adquirir múltiplos sentidos em diferentes perspectivas, uma vez que a mídia, como aponta Soares (2022, p. 37), “gerencia os sentidos circulantes ao ponto de se tornar uma espécie de reguladora dos discursos”. Por esse motivo, enquanto alguns setores veem o discurso de militarização como solução para questões disciplinares, outros questionam seu alinhamento com os princípios da educação democrática.

Desse ponto, compreende-se que essa dualidade de perspectivas educacionais tocantinenses é uma reverberação de discursivizações mais amplas sobre os rumos da educação pública no Brasil. Como ressalta Soares (2018a, p. 133), a pedagogia, a educação formal, isto é, “as práticas de leitura e escrita são, entre outras coisas, práticas de integração social e, portanto, práticas políticas”. De outro modo, essas práticas não se limitam a técnicas neutras de transmissão de conhecimento, mas operam como mecanismos de inscrição do sujeito em uma ordem social específica. Nesse sentido, ao regularem modos legítimos de ler, escrever e interpretar, elas reproduzem discursivamente os valores e hierarquias dominantes, reforçando (ou contestando) projetos políticos mais amplos. Assim, a educação formal, longe de ser um espaço de liberdade plena, revela-se como campo de disputa de sentidos, no qual a própria linguagem se torna instrumento de manutenção ou transformação das estruturas de poder. O caso tocantinense oferece, portanto, um estudo relevante para compreender como diferentes atores sociais interpretam e negociam os sentidos de ódio, autoritarismo e pedagogia na educação em condições de produção e de emergência específicas.

Além disso, episódios como o ocorrido na referida escola em 2024 permite perceber como determinados discursos podem contradizer os princípios de uma educação democrática. Aparentemente não o faz porquanto utiliza-se de um apagamento, isto é, de uma ilusória ausência do sujeito autoritário (Orlandi, 1987) que se mostra não como aquele que reprime ou destila o ódio, mas como aquele que disciplina e transmite ordem. Nesse sentido, essas instituições podem reproduzir valores hierárquicos, autoritários e excludentes, muitas vezes em detrimento de princípios democráticos (Santos; Alvez et al. 2019) (como o respeito à pluralidade e à convivência pacífica), de forma velada, porquanto se reveste, se camufla justamente com esses ideais democráticos.

O episódio em questão simboliza esses desafios, levantando questões éticas e pedagógicas sobre o papel da linguagem e do discurso na formação cidadã. No âmbito da Análise do Discurso, o episódio pode ser compreendido como um exemplo de práticas discursivas que transcendem o simples uso da linguagem (Pêcheux, 1997). O discurso entoado pelos estudantes não somente expressa violência, mas também a normaliza e legitima, contribuindo para a construção de uma identidade coletiva tocantinense (Soares; Boucher, 2023, 2024) pautada no combate repressivo e na exclusão. Portanto, a configuração enunciativa da Gazeta do Cerrado, marcada pela escolha lexical, revela que os sentidos do militarismo estão em disputa. Além disso, explicita o funcionamento discursivo de valores institucionais e a reprodução de narrativas amplas que permeiam o contexto político-cultural brasileiro

Diante de todas essas considerações analíticas, na qual foi possível estabelecer a diferença entre formações discursivas distintas, foi possível também compreender que a realidade educacional do Tocantins, marcada pela crescente militarização de escolas públicas, permite observar a contradição profunda entre o projeto educacional emancipatório, proposto por Paulo Freire (1968), e o discurso autoritário que fundamenta essas instituições (Sousa; Oliveira, 2023). Enquanto a proposta freiriana defende uma pedagogia dialógica, centrada na autonomia, na crítica social e na transformação das estruturas opressoras, o modelo cívico-militar impõe uma lógica hierárquica, disciplinar e de obediência irrefletida, alinhada a resquícios ideológicos da Ditadura Militar brasileira e sua atualização no governo Bolsonaro.

Por fim, práticas como formações rígidas, cânticos militarizados e a supressão de vozes dissidentes configuram-se como aparelhos ideológicos de Estado (Althusser, 1992), que naturalizam a submissão e negam o potencial libertador da educação. Nesse sentido, a escola, que deveria ser espaço de questionamento e construção coletiva, transforma-se em um mecanismo de reprodução de ordens discursivas hegemônicas (Pêcheux, 1997), no qual estudantes são interpelados como sujeitos passivos, e não como agentes de mudança.

Referências

ALGEBAILLE, Eveline. **Escola pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2018.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos do Estado: Notas sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado**. Trad. Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro 6 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

AF NOTÍCIAS. Projeto propõe militarização de todas as escolas públicas do Tocantins e divide opiniões. **AF notícias**, 2019. Disponível em: <https://afnoticias.com.br/estado/projeto-propoe-militarizacao-de-todas-as-escolas-publicas-do-tocantins-e-divide-opinioes>. Acesso em: 11 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria nº 1.030, de 5 de julho de 2019*. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 jul. 2019. Seção 1, p. 45.

COURTINE, J-J. 2014. **A análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos, EDUFSCar.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAZETA DO CERRADO. ESTUDANTES DE COLÉGIO MILITAR CANTAM PALAVRAS DE ÓDIO DURANTE MARCHA GUIADA POR PM: 'SE EU NÃO TE MATAR, VOU TE PRENDER'. **Gazeta do Cerrado**. 21/11/2024. Disponível em: <https://gazetadocerrado.com.br/estudantes-de-colegio-militar-cantam-palavras-de-odio-durante-marcha-guiada-por-pm-se-eu-nao-te-matar-vou-te-prender/>. Acesso em: 17 jan. 2025.

G1 TOCANTINS, Após governo Lula encerrar programa, Tocantins diz que vai estudar novo formato para escolas cívico-militares. **G1** Tocantins, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2023/07/12/apos-governo-lula-encerrar-programa-tocantins-diz-que-vai-estudar-novo-formato-para-escolas-civico-militares.ghtml>. Acesso em 12 abr. 2025.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 2. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Pontes, 1987.

ORLANDI, Eni Pulcinelli **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 12. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento?** Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 8. ed. Campinas, SP: Pontes, 2019.

SANTOS, Catarina de Almeida; ALVEZ, Miriam Fábria; MOCARZEL, Marcelo; MOEHLECKE, Sabrina. Militarização das escolas públicas no Brasil: um debate necessário. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Goiânia, v. 35, n. 3, p. 580-591, maio 2019. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2447-41932019000300580&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 12 abr. 2025.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SOARES, Thiago Barbosa. Sucesso: discurso contemporâneos de capitalização dos sujeitos. In: SOARES, Thiago Barbosa (orgs.) **Múltiplas perspectivas em análise do discurso: objetos variados**. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2018a.

SOARES, Thiago Barbosa. **Percorso linguístico: Conceitos, críticas e apontamentos**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018b.

SOARES, Thiago Barbosa. 1969, o ano que não terminou: o acontecimento da Análise do Discurso. In: BUTTURI JUNIOR, Atilio; BRAGA, Sandro; SOARES, Thiago Barbosa (Org.). **No campo discursivo: teoria e análise**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

SOARES, Thiago Barbosa. **Percorso Discursivo: heterogeneidades epistemológicas aplicadas**, Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

SOARES, Thiago Barbosa; BOUCHER, Damião Francisco. **Discurso do Norte: Produções Identitárias, Apagamentos e interpelações em rede de dizeres sobre o Tocantins**. São Paulo: Pontes Editores, 2023.

SOARES, Thiago Barbosa; BOUCHER, Damião Francisco. **Projeções discursivas do Norte: Efeitos de resistência, Conscientização e Consolidação Identitária o Tocantins**. São Paulo: Pontes Editores, 2024.

SOUSA, Jefferson Soares de; OLIVEIRA, Denize Lima de. Das cirandas aos quartéis: expansão da militarização das escolas públicas no Tocantins. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 17, n. 37, 2023. p. 61-82. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>. Acesso em 01 maio 2025.

TERRA. Alunos de colégio militar cantam música sobre matar e são incentivados por PMs. **Terra**. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/videos/alunos-de-colegio-militar-cantam-musica-sobre-matar-e-sao-incentivados-por-pms,d6a47b6ee8a78d7e235b14ddb334f7edlakuo8ny.html>. Acesso em: 17 abr. 2025.

Submetido em 07/05/2025
Aceito em 27/02/2026